



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**Assunto:** Projeto de Lei Ordinária nº. 208/2022

**Autor (a):** Vereador Ismael Silva

**Ementa:** "Dispõe sobre a denominação de 'Pedro Silveira' em praça pública do Município de Teresina, na forma que especifica."

**Relator:** Vereador Edilberto Borges - Dudu

**Conclusão:** Parecer **favorável** à tramitação, discussão e votação do presente projeto de lei

**I – RELATÓRIO:**

O Sr. Vereador Ismael Silva apresentou projeto de lei ordinária cuja ementa é a seguinte: "*Dispõe sobre a denominação de 'Pedro Silveira' em praça pública do Município de Teresina, na forma que especifica.*"

O projeto foi distribuído à Assessoria Jurídica Legislativa da Casa, que apresentou parecer favorável à tramitação da proposição.

É, em síntese, o relatório.

**II - EXAME DE ADMISSIBILIDADE:**

Inicialmente, o Projeto de Lei atende aos requisitos exigidos pelos artigos 99 a 101 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina, posto que está assinado por seu autor, traz o assunto indicado em ementa e acompanha justificativa escrita.

A distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, não merecendo qualquer reparo.

Destarte, restam-se cumpridos os requisitos de admissibilidade.

**III – ANÁLISE SOB OS PRISMAS CONSTITUCIONAL, LEGAL E REGIMENTAL:**

Inicialmente, faz-se necessário esclarecer que a matéria sobre a qual versa o projeto de lei em análise encontra amparo no ordenamento jurídico, tendo em vista que a denominação de logradouros públicos é um assunto de interesse local, apto a ensejar a competência do Município, conforme disposto no art. 30, I, da Constituição e no art. 12, I e XIX, da Lei Orgânica do Município de Teresina – LOM, *in verbis*:

**Art. 30. Compete aos Municípios:**  
**I - legislar sobre assuntos de interesse local;**



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

*Art. 12. Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, as seguintes atribuições:*

*I – legislar sobre assuntos de interesse local; (grifo nosso)*

*XIX - dispor sobre a denominação, numeração e emplacamento de logradouros públicos; (grifo nosso)*

Insera-se na competência dos Vereadores a iniciativa dos projetos de lei de interesse do Município, conforme os arts. 50 da LOM e 105 do RICMT, respectivamente:

*Art. 50. A iniciativa das leis cabe ao Vereador, às Comissões permanentes da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos.*

*Art. 105. A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, à Mesa Diretora, às Comissões Permanentes, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma da legislação em vigor.*

Registre-se que o projeto de lei, ao dispor sobre a denominação de determinado logradouro público, **não invade** a competência privativa do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, elencada taxativamente nas Constituições Federal e Estadual e na Lei Orgânica do Município.

O Supremo Tribunal Federal tem entendimento consolidado no sentido de que a competência para tratar do tema é comum aos Poderes Executivo (mediante decreto) e Legislativo (lei formal), sendo lícito aos vereadores a iniciativa da propositura de normas acerca da matéria, conforme a tese fixada no Tema 1.070 de Repercussão Geral da Suprema Corte:

*É comum aos poderes Executivo (decreto) e Legislativo (lei formal) a competência destinada a denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações, cada qual no âmbito de suas atribuições.*

Desta forma, nada obsta o regular andamento regimental da matéria.

#### **IV – CONCLUSÃO:**

Desse modo, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final opina **FAVORAVELMENTE** à tramitação, discussão e votação do projeto de lei em referência, tendo em vista os fundamentos ora expostos.

É o parecer, salvo melhor juízo.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

Sala de Reunião da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em 1º de novembro de 2022.

**Ver. EDILBERTO BORGES - DUDU**  
**Relator**

Pelas conclusões do Relator, nos termos do art. 61, §2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina – RICMT.

**Ver. VENÂNCIO CARDOSO**  
**Vice-Presidente**

**Ver. BRUNO VILARINHO**  
**Membro**

**Ver. THANANDRA SARAPATINHAS**  
**Membro**